



IV-155 - OUTORGA: O ESTADO DA ARTE NO ESTADO DE MATO GROSSO

Marizete Caovilla⁽¹⁾

Engenheira Sanitarista pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade de Cuiabá. Mestre em Física e Meio Ambiente pela UFMT. Analista Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

Luiz Airtton Gomes⁽²⁾

Engenheiro Civil e Sanitarista; PhD em Engenharia Ambiental pela NCLU, UK.

Ellen Kenia Kuntze Pantoja⁽³⁾

Química. Mestre em Ciência e Engenharia de Materiais.

Martha Fernanda Caovilla da Costa⁽⁴⁾

Graduanda do Curso de Direito pela Universidade de Cuiabá - UNIC/MT.

Everaldo Pina Maciel⁽⁵⁾

Geógrafo pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Endereço⁽¹⁾: Av. Senador Filinto Muller, 1343 apto 408 B – Quilombo Cuiabá MT - CEP: 78043-409 - Brasil - Tel: (65) 36213283 - e-mail: marizete@ufmt.br

RESUMO

O uso múltiplo da água é essencial para o desenvolvimento das atividades humanas, que pode ser concorrentes ou gerar conflitos entre setores e usuários, causando impactos ambientais e alterando a qualidade dos mananciais. Neste contexto, a gestão dos recursos hídricos é uma premissa pautada no desenvolvimento sustentável. No entanto, para possibilitar o efetivo exercício dos direitos de acesso à água a Lei 9.433/07 assim como, a Lei 6.945/97 do Estado de Mato Grosso, que prevê a gestão participativa e descentralizada, assegura o controle quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos, bem como, estabelece por tempo determinado, nas condições expressas no respectivo ato, disponibilizando a sua utilização e compatibilizando demanda e disponibilidade hídrica. Desta forma, o ordenamento das águas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, teve início com o setor de saneamento, outorgando uma vazão de 0,45 m³/s o que corresponde a 1,55% da Q₉₅ do manancial. Com o processo de implantação de outorga em fase de consolidação, foi emitido, ainda, para uso consuntivos, aos setores de irrigação, e a indústria. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar o papel da outorga no Estado de Mato Grosso, como um instrumento ao uso dos recursos hídricos sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Outorga, Legislação, Recursos hídricos.

INTRODUÇÃO

O uso da água é fundamental para o desenvolvimento das diversas atividades humanas, trazendo conseqüências sobre os cursos d'água e pode vir a gerar conflitos entre setores usuários e impactos ambientais. Desta forma, se faz necessário à gestão dos recursos hídricos através da implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH para ajustar as demandas econômicas, sociais e ambientais por água em níveis sustentáveis, de modo a permitir, sem conflitos, a utilização dos usos atuais e futuros da água.

Assim, os recursos hídricos, estabelecidos pela Constituição Federal - CF de 1988 em seu artigo 20 relata que os corpos d'água são de domínio público, desta forma, em 1997 a União promulga a Lei 9.433 que estabelece a PNRH e vem consolidar um avanço na valoração e valorização da água, quando, por meio de seu artigo 1º, incisos I e II, determina que: “a água é um bem de domínio público e dotado de valor econômico”. Neste mesmo ano, em consonância com a União, o Estado de Mato Grosso, promulga a Política Estadual de Recursos Hídricos – PERH que estabelece princípios e instrumentos de gestão dos recursos hídricos. A legislação Nacional, bem como, a de Mato Grosso – sobre os recursos hídricos, é um modelo ambicioso de gestão das águas e, de acordo com estas Leis, as decisões sobre os usos dos rios serão tomadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, que são constituídos por representantes da sociedade civil, do Estado e dos Municípios.



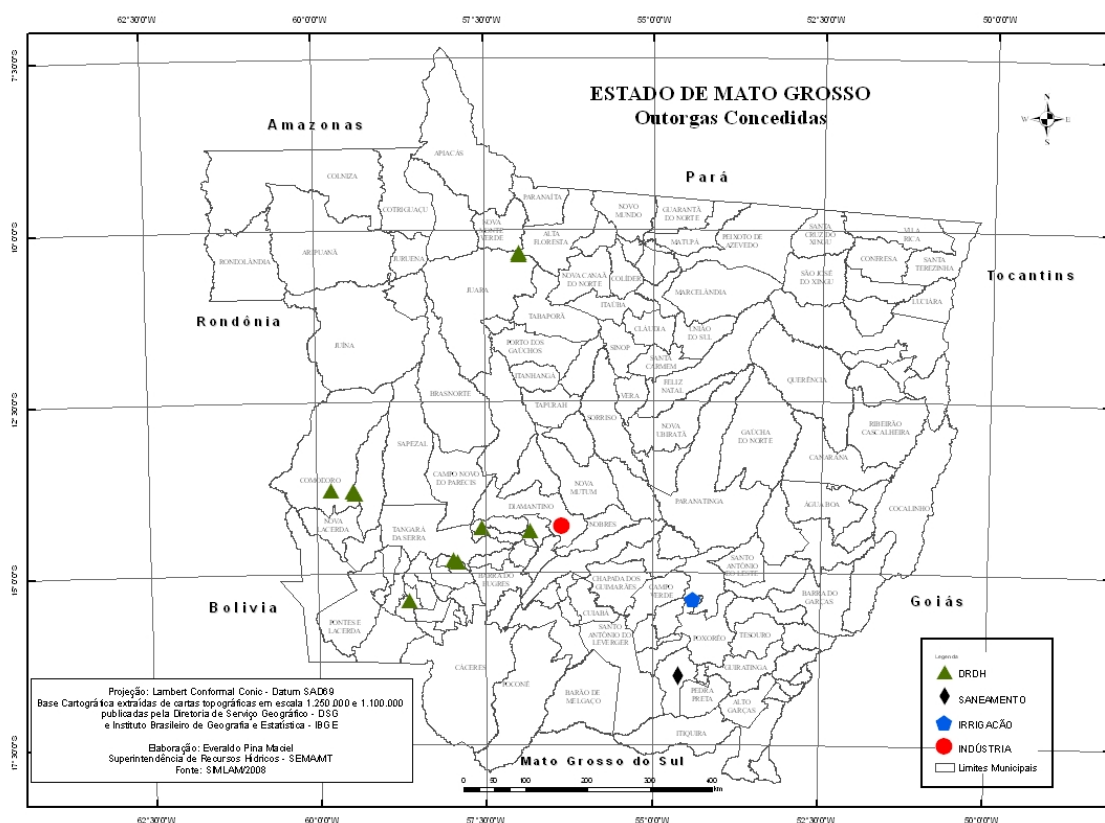
Neste contexto, cabe ao Poder Público – Estadual ou Federal a responsabilidade de gerir suas águas através de autorização aos usuários, que a luz da legislação vigente denomina-se de Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos. A outorga é um instrumento de comando e controle, por meio do qual, o Poder Público exerce seu poder de polícia, mediante a autorização da água permitida sob a forma de emissão de direito do uso da água em condições e prazos pré-estabelecidos, sujeita a fiscalização e a suspensão temporária ou definitiva, (CAROLO, 2007). A outorga prima pelo desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos, assegurando o controle qualitativo e quantitativo dos corpos d'água, assegurando o efetivo acesso aos usos futuros.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho, sobre a outorga de direito de uso das águas, será realizado com o foco nas águas superficiais por diversos fatores, como a possibilidade de verificação de usos múltiplos da água como o abastecimento humano, a geração de energia elétrica, a indústria, o lançamento e dispersão de efluentes domésticos e industriais, irrigação, pecuária, navegação, aquicultura, pesca, turismo; a disponibilidade de material de pesquisa; e o arcabouço jurídico. Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma abordagem de natureza teórica, como pesquisa bibliográfica em livros, revistas, periódicos, teses sobre o tema proposto, e, sobretudo, notas técnicas do órgão gestor de recursos hídricos, do Estado de Mato Grosso.

Caracterização e Localização da Área de Estudo

O Estado de Mato Grosso, situado na Região Centro Oeste do Brasil, possui uma extensão territorial de 906.806,9 Km², com uma população de 2.854.456 habitantes, IBGE (2007), sendo constituído por 141 municípios, inseridos nas três bacias hidrográficas: Amazônica, Tocantins-Araguaia e Platina, Figura 1.



Fonte: SEMA, 2008.

Figura 1 – Distribuição dos municípios e as outorgas emitidas até agosto - 2008 no Estado de Mato Grosso.



RESULTADOS OBTIDOS

A Natureza Jurídica da Gestão Hídrica para a Outorga em Mato Grosso

A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas (Lei 6.945/97, art. 3º, inc. I), mas em período de escassez, o uso prioritário é o consumo humano e a dessedentação de animais (art. 3º, parágrafo único). Este princípio tem sido considerado o ideal, uma vez que todos têm direito ao acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, e não há que falar em privilegiar usuários setoriais.

Neste contexto, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO regulamentou em 2007, através do Decreto Estadual 336 a outorga de águas superficiais. Assim, para viabilizar a implantação da outorga foi assinado no ano de 2006 o Termo de Cooperação Técnica – com validade de três anos, entre a SEMA e a Agência Nacional de Água - ANA, com o objetivo de apoiar a implementação da gestão dos recursos hídricos no Estado de Mato Grosso, tendo como foco a outorga, cadastro de usuários e fiscalização, bem como o monitoramento hidrometeorológico e de qualidade das águas, SEMA (2008).

Segundo VEIGA DA CUNHA *et al*, e SETTI *et al* (2001), *apud* CAROLO (2007) no intuito de complementar os princípios desta Lei relata que “a gestão de águas deve abranger tanto as águas interiores superficiais e subterrâneas como as águas marítimas costeiras”; as “bacias hidrográficas como unidade básica de planejamento e gestão dos recursos hídricos” e os “cursos d’água e os lagos que constituem uma bacia hidrográfica não devem ser considerados isoladamente, mas como um todo integrado”. Portanto, a gestão dos recursos hídricos deve considerar a estreita ligação existente entre os problemas de quantidade e qualidade das águas.

Após concluída a análise, a SEMA expede uma Portaria deferindo ou não a solicitação de outorga, na qual determina basicamente o prazo de concessão da mesma, a vazão outorgada, os deveres do outorgado e as condicionantes para a validade da outorga, como: implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada e/ou lançada, a sujeição desta outorga à cobrança pelo uso da água, as situações que podem acarretar em suspensão ou revisão da outorga, bem como à fiscalização pelo órgão gestor.

Desta forma, para o ordenamento dos recursos hídricos no Estado, a SEMA, em novembro de 2007, concedeu a sua primeira outorga para o setor de saneamento, localizada na Bacia Platina, com uma vazão de 0,45 m³/s o que corresponde a 1,55% da Q₉₅ do manancial. Com o processo de implantação de outorga em fase de consolidação, a SEMA emitiu, ainda, para uso consuntivos no setor de irrigação, uma vazão de 0,505 m³/s, e para a indústria uma vazão de 0,139m³/s, Figura 2.

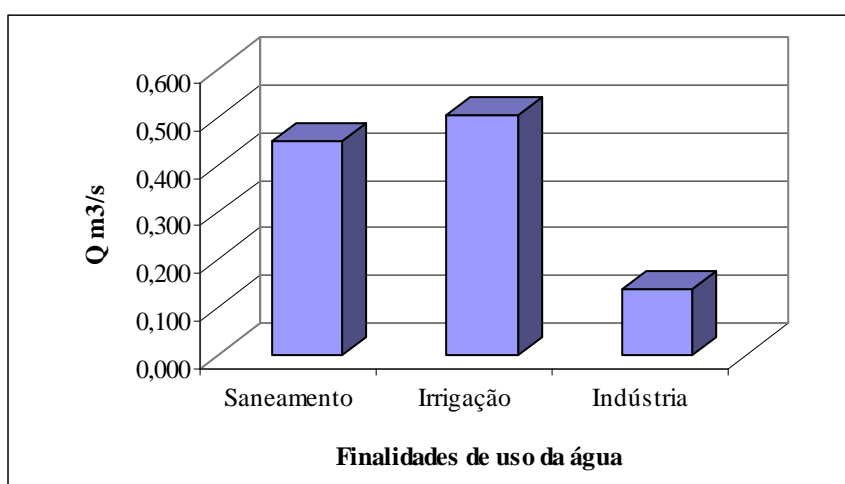


Figura 2 Vazão Outorgada no Estado de Mato Grosso MT.

Ainda neste contexto, foram emitidas, neste ano, 10 outorgas de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH para Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, indicados na Figura 1. Estas DRDH é uma outorga preventiva que tem a finalidade de assegurar a água para empreendimentos que necessitem de longo período de tempo para sua implantação, como é o caso de usos para o aproveitamento hidrelétricos.



Portanto, o setor de saneamento, que no Estado foi municipalizado em 1997 e 20% dele repassado a iniciativa privada, através de contrato de concessão dos serviços de água e esgoto, CAOVIALLA, (2007), tem sido um fator relevante na deterioração da qualidade da água, devido aos lançamentos nos corpos receptores, de esgotos urbanos e industriais não tratados, trazendo reflexos negativos à saúde pública.

Contudo, a liberação da outorga, pelo órgão gestor, deve estar vinculada ao atendimento de metas progressivas de diminuição da carga poluidora, e para a concretização dos objetivos propostos, uma atuante fiscalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso, que esta em fase final, definirá as prioridades de uso para as outorgas e o enquadramento dos corpos hídricos em classes de uso. A outorga é um instrumento do desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos, pois tem por finalidade assegurar o controle dos usos múltiplos da água, bem como a qualidade e quantidade, garantindo o seu acesso às gerações presente e futura.

Assim, a realidade que se observa atualmente no Estado, é que poucos usuários possuem outorga para o uso da água, e a qualidade das mesmas sendo comprometida pela grande carga poluidora proveniente de esgotos domésticos lançados “in natura” nos mananciais. CAOVIALLA *et al* (2007) relata que apenas 10% dos esgotos domésticos são tratados no Estado, impactando negativamente a qualidade da água de importantes mananciais de municípios com expressiva relevância econômica, tais como: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde, que quando tratam seus efluentes domésticos, o fazem apenas parcialmente.

Portanto, é essencial que haja integração do setor dos usuários com o da gestão dos recursos hídricos, pois mesmo que o órgão gestor imponha condições para efetuação da outorga, seja, por exemplo, para captação de água para abastecimento ou lançamento de efluentes: o descumprimento das normas, não resultará em penalidades como, embargo ou suspensão da outorga, pois esta água tem como finalidade a sobrevivência humana, Lei 11445/07.

No entanto, o resultado mais relevante deste trabalho foi constatar que as outorgas, em quaisquer bacias, somente podem ser consideradas sustentáveis, ou seja, poderiam tornar-se um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável, desde que implementadas no contexto do sistema de retroalimentação dos instrumentos de gestão, em especial através do sistema de informações, do plano de bacia e do enquadramento dos corpos hídricos em classes; e que haja também um comprometimento dos setores usuários na conservação deste recurso, sejam nos aspectos quantitativos e qualitativos, mas em especial, que o setor de saneamento exerça predominantemente seu papel de usuário e, nos limites da realidade, seja menos poluidor dos corpos hídricos.

Outro fator essencial na consecução da outorga sustentável é a existência de efetiva fiscalização sobre os usos outorgados e os não outorgados, tendo em vista ser a fiscalização uma das ferramentas mais eficazes para garantir o cumprimento da norma. É o meio de detectar o descumprimento das normas pelos cidadãos e de efetiva a aplicabilidade das penalidades aos degradadores deste recurso natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a Política Federal de Saneamento Ambiental. Disponível <<http://www.cidades.gov.br>> acessado em 10/01/2007.
2. BRASIL. Lei 9.433, de 08 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível <<http://www.mma.gov.br>> acessado em 10/07/2007.
3. CAOVIALLA M. A Gestão Municipal dos Sistemas de Água e Esgoto do Estado de Mato Grosso: Uma Abordagem Crítica. Dissertação de Mestrado. Depto. Física e Meio Ambiente/UFMT. 2007.
4. CAOVIALLA M. A; LIMA E. B. N. R; GOMES. L. A. Avaliação dos Sistemas Municipais de Água e Esgoto do Estado de Mato Grosso, Interface com Recursos Hídricos. Trabalho apresentado no XXIV Congresso da ABES. Belo Horizonte MG. 2007.



5. CAOVIALLA, M. GOMES, L. A. COSTA, M. F. C. Avaliação da Gestão Pública e Privada dos Serviços de Água e Esgoto no Estado de Mato Grosso, Brasil. Trabalho apresentado nos anais do XXXI Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental AIDIS. Santiago Chile. 2008.
6. CAROLO, F. Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável. Estudo das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
7. MATO GROSSO. Lei 6.945/97. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. Disponível <<http://www.al.mt.gov.br>> acessado em 10/07/2007.
8. SETTI, A. A. *et al.* Introdução ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Brasília:ANEEL/ANA, 2001.
9. SEMA, Regulamentação de Outorga no Estado de Mato Grosso. Apresentação PowerPoint. 2008.
10. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.